

ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE
RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Quotistas da
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.
Alfenas - MG

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Reconhecimento de PECLD

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7, o contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2017 incluem valores vencidos de longa data e não pagos no montante de R\$ 1.982 mil (R\$ 2.135 mil em 2016), referentes à faturas emitidas entre 27 de julho a 13 de dezembro de 2012, cuja realização depende do sucesso nas negociações e ações judiciais de cobrança. A Administração da Empresa acredita não haver riscos na realização desses créditos e, dessa forma, concluiu não ser necessário o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Considerando a falta de evidências suficientes, até o momento, quanto à realização desses contas a receber, não nos foi possível, nas circunstâncias, concluir quanto à adequação da ausência de constituição de provisão para o crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Adaptação das demonstrações contábeis para melhor compreensão

Em cumprimento a deliberações dos quotistas da Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda., as demonstrações do resultado foram adaptadas de forma a permitir uma melhor compreensão de seus resultados. Para tanto, foram adicionadas as informações de receita bruta de serviços prestados e os impostos incidentes sobre serviços prestados.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 16 de março de 2018.

ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2017	2016		Nota explicativa	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	951	302	Empréstimos e financiamentos	10	738	961
Contas a receber de clientes	7	1.078	3.167	Fornecedores e outras contas a pagar	9	601	359
Estoques	-	65	71	Salários e encargos trabalhistas	-	350	303
Impostos a recuperar	-	257	240	Impostos, taxas e contribuições a recolher	11	965	901
Outros contas a receber		23	15	Dividendos a pagar	12	1.712	2.878
		<u>2.374</u>	<u>3.795</u>	Adiantamentos de clientes	-	-	1
						<u>4.366</u>	<u>5.403</u>
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	7	1.937	1.291	Empréstimos e financiamentos	10	3.043	973
Mútuos a receber de partes relacionadas	13	9	-	Mútuos a pagar a partes relacionadas	13	282	-
Depósitos judiciais	-	81	63	Passivo fiscal diferido	-	146	196
Imobilizado	-	40	38	Provisão para urbanização de aterro	-	208	151
Intangível	8	6.772	4.704			<u>3.679</u>	<u>1.320</u>
		<u>8.839</u>	<u>6.096</u>				
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14a.	3.168	3.168
						<u>3.168</u>	<u>3.168</u>
Total do ativo		<u><u>11.213</u></u>	<u><u>9.891</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>11.213</u></u>	<u><u>9.891</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2017	2016
Receita bruta de serviços prestados	15	12.703	11.015
Impostos incidentes sobre serviços prestados	15	(1.439)	(1.189)
Receita operacional líquida		11.264	9.826
Custo dos serviços prestados	16	(7.872)	(7.750)
Lucro bruto		3.392	2.076
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas comerciais	-	(22)	(20)
Despesas administrativas	-	(219)	(220)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	(44)	(30)
		(285)	(270)
Resultado operacional antes das receitas/(despesas) financeiras, líquidas		3.107	1.806
Receitas financeiras	17	149	270
Despesas financeiras	17	(734)	(341)
Despesas financeiras, líquidas		(585)	(71)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		2.522	1.735
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	-	(861)	(733)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	-	51	190
		(810)	(543)
Lucro líquido do exercício		1.712	1.192

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	<u>1.712</u>	<u>1.192</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>1.712</u></u>	<u><u>1.192</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social integralizado	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.168	-	-	3.168
Lucro líquido do exercício	-	-	1.192	1.192
Retenção de lucros	-	1.192	(1.192)	-
Distribuição de dividendos	-	(1.192)	-	(1.192)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.168	-	-	3.168
Lucro líquido do exercício	-	-	1.712	1.712
Retenção de lucros	-	1.712	(1.712)	-
Distribuição de dividendos	-	(1.712)	-	(1.712)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.168	-	-	3.168

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.712	1.192
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		
Depreciação e Amortização	543	666
Provisão para urbanização de aterros	57	39
Reversão de ajustes de inventário	(1)	-
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	453	340
Provisão para contingência	-	(5)
Imposto de Renda e contribuição social	810	543
	<u>3.574</u>	<u>2.775</u>
(Aumento)/redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	1.443	695
Impostos a Recuperar	(17)	59
Estoques	6	386
Partes relacionadas	-	750
Depósitos judiciais	(18)	4
Outros créditos	(8)	-
	<u>1.406</u>	<u>1.894</u>
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	242	(331)
Salários, provisões e encargos sociais	47	22
Impostos, taxas e contribuições	99	(27)
Provisão para Imposto de Renda e contribuição social	(893)	(612)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(383)	(358)
Adiantamentos de clientes	(1)	-
	<u>(889)</u>	<u>(1.306)</u>
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	4.091	3.363
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Mútuos ativos - aplicação	(1.504)	(480)
Mútuos ativos - recebimento principal	1.587	482
Aquisição de imobilizado	(10)	(6)
Adições ao intangível	(2.603)	(2.578)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(2.530)</u>	<u>(2.582)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Mútuos passivos - captação	413	-
Mútuos passivos - pagamento de principal	(133)	-
Empréstimos e financiamentos - captação	2.663	1.500
Empréstimos e financiamentos - pagamento de principal	(977)	(2.349)
Dividendos a pagar	(2.878)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	<u>(912)</u>	<u>(849)</u>
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>649</u>	<u>(68)</u>
Caixas e equivalentes no início do exercício	302	370
Caixas e equivalentes no final do exercício	951	302
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>649</u>	<u>(68)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda. ("Alfenas") foi constituída em dezembro de 2011, sob a forma de sociedade limitada, com o propósito específico de promover a execução do objeto especificado no contrato de concessão mantido com a Prefeitura Municipal de Alfenas - MG.

Tal contrato tem vigência de 20 anos a partir de 18 de janeiro de 2012, prorrogável por mais 10 anos.

O objeto e propósito específico da entidade compreendem:

- Manutenção, ampliação e operação de aterro sanitário de Alfenas/MG;
- Implantação, manutenção, operação e monitoramento de sistema de queima controlada de biogás gerada por esse mesmo aterro sanitário;
- Implantação, manutenção e operação de unidade de tratamento de resíduos de serviços de saúde;
- Coleta manual e conteneurizada de resíduos sólidos domiciliares;
- Coleta seletiva mecanizada de resíduos recicláveis;
- Coleta de resíduos de serviços de saúde;
- Varrição manual de vias e logradouros públicos;
- Fornecimento de contêineres de PEAD (240 litros);
- Fornecimento de equipes especiais para serviços diversos;
- Fornecimento de equipes para campanha de educação ambiental; e
- Atividades correlatas e exploração de fontes de receitas acessórias.

2. Bases de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria da Empresa em 16 de março de 2018.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Estimativas contábeis

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa

A Empresa registra a provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

Vida útil do ativo imobilizado e intangível

A Empresa revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente no final de cada exercício apresentado.

2.4. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Empresa revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a Empresa analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

2.5. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Empresa não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos e financiamentos e debêntures que são mensurados a valor justo.

O CPC48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base;
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Empresa acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (impairment) deverão aumentar e torna-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48, pois serão considerados, para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa, além dos títulos vencidos, também os títulos a vencer.

A Administração da Empresa está avaliando a norma e, em virtude do atual estágio das análises - que envolve uma adaptação no sistema de gestão, não foi possível estimar de forma razoavelmente confiável qual o impacto a ser considerado em função dessa mudança.

CPC 47 - Receita de contrato com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, entre outras.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bem ou serviços para um cliente.

As 5 etapas são: 1) identificar os contratos com o cliente; 2) identificar as obrigações de desempenho do contrato; 3) determinar o preço da transação; 4) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho do contrato; e 5) reconhecer a receita quando (ou na medida que) a entidade satisfaz as obrigações de desempenho.

Até o momento, com base em sua avaliação preliminar, a Empresa não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30) em relação ao reconhecimento da receita. Contudo espera-se que as notas explicativas às demonstrações financeiras venham a ser ampliadas.

A Empresa não adotou antecipadamente essa norma. A Administração da Empresa avaliou a norma e seus impactos e entende que a aplicação deste pronunciamento não irá gerar impacto significativo nas suas demonstrações financeiras, sejam elas no resultado do exercício, bem como em seu patrimônio líquido.

CPC 06 (R2) Leases (Arrendamentos)

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Empresa pretende aplicar a o CPC 06 (R2) inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Empresa não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

3. Principais políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

A seguir apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes:

- (a) Receita operacional;
- (b) Receitas financeiras e despesas financeiras;
- (c) Imposto de renda e contribuição social;
- (d) Estoques;
- (e) Instrumentos financeiros;
- (f) Provisões;
- (g) Contrato de concessão.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações contábeis.

(a) Receita operacional

A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Empresa e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda ou prestação de serviços.

(i) Receita de serviços prestados - Resíduos

As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos em aterros, são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, após aprovação do contratante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Receita de construção

De acordo com o contrato de concessão e seu respectivo aditamento firmado junto à Prefeitura Municipal de Alfenas, a Empresa se comprometeu a implementar um plano de investimento que consiste na manutenção, ampliação e melhoria da Infraestrutura de aterros sanitários no município de Alfenas - MG. Desta forma, ficou pactuado que parte das receitas auferidas junto aos usuários dos serviços públicos, bem como os valores providos pelo poder Concedente, devem ser revertidos para o cumprimento do referido plano. Portanto, a receita de contratos de construção é determinada com base no método de estágio de conclusão.

Em virtude de a Empresa não auferir margem de lucro na implementação do referido plano de investimento, os custos incorridos na aquisição, manutenção, melhoria ou ampliação da infraestrutura de aterros sanitários são idênticos aos valores das receitas reconhecidas.

A receita de construção compreende o valor inicial acordado no contrato de concessão acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e os pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Quando o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato de concessão.

(b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

(c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque é avaliado pelo custo médio de aquisição, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos. O valor realizável líquido é o preço estimado da prestação de serviço no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

(e) Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Empresa classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou suspensa.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(f) Contrato de concessão

No dia 30 de novembro de 2006, o IFRIC publicou o IFRIC 12 - Contratos de Concessão, que regula o tratamento contábil que deve ser aplicado pelo concessionário em relação aos contratos de concessão, a partir dos exercícios encerrados após 1 de janeiro de 2008. Em 2010, o CPC emitiu o ICPC 1, aplicável para os exercícios findos a partir de 1 de janeiro de 2010.

Esta interpretação apresenta características comuns aos contratos de concessão:

- Contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a Administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- A parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegada o serviço;
- O concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do concedente;
- O contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;
- O concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder Concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

A infraestrutura usada pela Empresa sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no IFRIC 12, quando:

- O concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço;
- O concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

Conforme a norma, o concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- Um ativo intangível quando recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público;
- Quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para somente parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo concedente e o excesso que não é garantido pelo concedente é reconhecido como ativo intangível ("modelo bifurcado").

O valor amortizável da infraestrutura registrada como ativo intangível é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos que o concessionário recebe acesso pelo Poder Concedente, sem qualquer contraprestação (bens doados) não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

4. Instrumentos financeiros

(a) Gerenciamento de risco financeiro

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Empresa.

A Empresa não utilizou instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da Empresa tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Empresa decorre, substancialmente, de empréstimos de financiamentos e aplicações financeiras.

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósitos bancários, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor, as captações de empréstimos são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

A Empresa realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição	Exposição R\$	Taxa de juros - (média) Efetiva em 31/12/2016	Cenários				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V -(50%)
Empréstimos e financiamentos	3.731	11,78%	3.781	3.791	3.802	3.771	3.760
		Efeito	-	10	21	(10)	(21)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Este risco surge da possibilidade que a Empresa pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC, CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

A Empresa monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

(iii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota Explicativa	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	6	951	302
Contas a receber de clientes	7	3.015	4.458
Outras contas a receber		23	15
		<u>3.966</u>	<u>4.775</u>

Para mitigar o risco de possibilidade da Empresa ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Empresa adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

(iv) Risco de liquidez

A liquidez da Empresa depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Empresa disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa as obrigações da Empresa, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2017					
Empréstimos e financiamentos(a)	738	870	2.247	934	4.789
Fornecedores e outras contas a pagar	601	-	-	-	601
Dividendos a pagar	1.712	-	-	-	1.712
Mútuos a pagar a partes relacionadas	-	282	-	-	282
	<u>3.051</u>	<u>1.152</u>	<u>2.247</u>	<u>934</u>	<u>7.384</u>
Em 31 de dezembro de 2016					
Empréstimos e financiamentos(a)	1.143	343	835	2.321	
Fornecedores e outras contas a pagar	359	-	-	359	
Dividendos a pagar	2.878	-	-	2.878	
	<u>4.380</u>	<u>343</u>	<u>835</u>	<u>5.558</u>	

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

a. Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40, "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

b. Gerenciamento de capital

Os objetivos da Empresa durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Empresa, quando aprovado pelos quotistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas quotas ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Empresa adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa.

ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Total do passivo	8.045	6.723
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(951)	(302)
(=) Dívida líquida	7.094	6.421
Total do patrimônio líquido	3.168	3.168
Índice de alavancagem	2,24	2,03

(i) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia valor justo	Categoria	2017		2016	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	951	951	302	302
Contas a receber de clientes	-	Empréstimos e recebíveis	3.015	3.015	4.458	4.458
Outras contas a receber	-	Empréstimos e recebíveis	23	23	15	15
Total			3.989	3.989	4.775	4.775
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	Passivos financeiros ao custo amortizado	601	601	359	359
Dividendos a pagar	-	Passivos financeiros ao custo amortizado	1.712	1.712	2.878	2.878
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Passivos financeiros ao custo amortizado	3.781	3.781	1.934	1.934
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Nível 2	Passivos financeiros ao custo amortizado	282	282	-	-
Total			6.376	6.376	5.171	5.171

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Empresa entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes;
- A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

(ii) Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Empresa na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2.

Nesse método, os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos não são considerados, apenas os preços cotados observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

5. Aspectos ambientais

As operações da Empresa estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Empresa não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

6. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades estão representadas basicamente por depósitos à vista em instituições financeiras de primeira linha e aplicação de resgate imediato realizadas no mercado financeiro remunerada pelo Certificados de Depósito Bancário (CDB). Os saldos nas datas dos balanços são compostos como segue:

	2017	2016
Caixa e bancos	3	274
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	948	28
	<u>951</u>	<u>302</u>

ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes

São compostos como segue:

	2017	2016
Clientes públicos		
Valores faturados	1.940	2.752
Medição dos serviços prestados	532	440
Clientes privados		
Valores faturados	89	937
Medição dos serviços prestados	454	329
Total das contas a receber, líquido	<u>3.015</u>	<u>4.458</u>
Créditos diversos	-	15
Total geral	<u><u>3.015</u></u>	<u><u>4.473</u></u>
Circulante	1.078	3.182
Não Circulante	1.937	1.291

O aging list das contas a receber é composto como segue:

	2017	2016
A vencer		
Valores a vencer	688	1.544
Vencidos		
Até 30 dias	306	550
Entre 31 e 60 dias	-	130
Entre 61 e 90 dias	3	113
Entre 91 e 180 dias	1	1
Entre 181 e 360 dias	35	-
Acima de 360 dias	1.982	2.135
Total	<u><u>3.015</u></u>	<u><u>4.473</u></u>

Mesmo apresentando ressalva no relatório dos auditores independentes sobre ausência de constituição de "Provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa", a administração da Empresa entende que não há histórico de perda com contas a receber, desta forma não constituiu provisão para devedores duvidosos considerando a política interna de crédito descrita na nota 3 de concentração de receitas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

O saldo é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2017			2016
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:					
Aterro e infra em aterros	(*)	5.085	(1.663)	3.422	1.176
Máquinas e equipamentos	10	190	(46)	144	156
Veículos e equipamentos	20	1.263	(1.209)	54	88
Software	20	2	(1)	1	2
Intangível em andamento	-	2.405	-	2.405	2.486
Ônus da concessão	-	1.000	(254)	746	796
		<u>9.945</u>	<u>(3.173)</u>	<u>6.772</u>	<u>4.704</u>

	Tx Média Anual %	2016			2015
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:					
Aterro e infra em aterros	(*)	2.409	(1.233)	1.176	422
Máquinas e equipamentos	10	184	(28)	156	-
Veículos e equipamentos	20	1.205	(1.117)	88	329
Software	20	2	-	2	2
Intangível em andamento	-	2.486	-	2.486	1.109
Ônus da concessão	-	1.000	(204)	796	846
		<u>7.286</u>	<u>(2.582)</u>	<u>4.704</u>	<u>2.708</u>

(*)Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros ou pela duração do contrato de concessão, dos dois o menor.

ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mutações do intangível estão demonstradas conforme a seguir:

Custo do Intangível	2015	Adição	Transfêrencia	Custo de fechamento	2016	Adição	Transfêrencia	Custo de fechamento	2017
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:									
Aterro e infra em aterros	1.261	-	1.109	39	2.409	133	2.487	56	5.085
Máquinas e equipamentos	-	91	93	-	184	6	-	-	190
Veículos e equipamentos	1.205	-	-	-	1.205	58	-	-	1.263
Software	2	-	-	-	2	-	-	-	2
Intangível em andamento	1.109	2.486	(1.109)	-	2.486	2.406	(2.487)	-	2.405
Ônus da concessão	1.000	-	-	-	1.000	-	-	-	1.000
	<u>4.577</u>	<u>2.577</u>	<u>93</u>	<u>39</u>	<u>7.286</u>	<u>2.603</u>	<u>-</u>	<u>56</u>	<u>9.945</u>
Amortização									
Amortização	2015	Amortização	Transfêrencia	Custo de fechamento	2016	Amortização	Transfêrencia	Custo de fechamento	2017
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:									
Aterro e infra em aterros	(839)	(355)	-	(39)	(1.233)	(374)	-	(56)	(1.663)
Máquinas e equipamentos	-	(12)	(16)	-	(28)	(18)	-	-	(46)
Veículos e equipamentos	(876)	(241)	-	-	(1.117)	(92)	-	-	(1.209)
Software	-	-	-	-	-	(1)	-	-	(1)
Ônus da concessão	(154)	(50)	-	-	(204)	(50)	-	-	(254)
	<u>(1.869)</u>	<u>(658)</u>	<u>(16)</u>	<u>(39) 0</u>	<u>(2.582)</u>	<u>(535)</u>	<u>-</u>	<u>(56) 0</u>	<u>(3.173)</u>
Líquido	<u>2.708</u>	<u>1.919</u>	<u>77</u>	<u>-</u>	<u>4.704</u>	<u>2.068</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.772</u>

ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo é composto como segue:

	2017	2016
Fornecedores	572	331
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13)	17	17
Credores diversos	12	11
	<u>601</u>	<u>359</u>

10. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Empresa a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, observar nota explicativa nº 4.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Financeiros - %	Vencimento	2017	2016
FINAME	Pré fixado de 8,72% a.a.	Abril/2017	-	55
BNDES, CEF e BNB	Pré fixado de 4,20% a 12,10% a.a.	Agosto/2023	3.656	1.003
Conta Garantida	CDI + 3,54% a.a.	Janeiro/2016	125	876
			<u>3.781</u>	<u>1.934</u>
Circulante			738	961
Não circulante			3.043	973

Os empréstimos estão garantidos por avais da respectiva controladora na proporção de sua participação societária.

Abaixo segue a movimentação de empréstimos e financiamentos:

Movimentação - Empréstimos e financiamentos						
Modalidade	Saldo em 31/12/2016	Captação	Juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Saldo em 31/12/2017
Finame	55	-	1	(1)	(55)	-
BNDES	1.003	2.650	466	(304)	(159)	3.656
Capital de giro	876	13	77	(78)	(763)	125
Total	<u>1.934</u>	<u>2.663</u>	<u>544</u>	<u>(383)</u>	<u>(977)</u>	<u>3.781</u>

ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os montantes da parcela não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimentos	2017	2016
2018	-	277
2019	551	152
2020	551	152
2021	551	152
2022	551	152
2023	488	88
2024	351	-
Total	3.043	973

11. Impostos, taxas e contribuições a recolher

O saldo é composto como segue:

	2017	2016
ISS sobre vendas	209	232
IRPJ a pagar	72	97
CSLL a pagar	36	44
PIS sobre vendas	63	62
COFINS sobre vendas	291	284
Outros	294	182
	965	901

12. Dividendos a pagar

São compostos como segue:

	2017	2016
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	873	-
Revita Engenharia S.A.	-	1.468
Construtora Contorno Ltda.	839	1.410
	1.712	2.878

ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas

São compostas como segue:

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Serviços prestados						
Solvi Participações S.A.	-	-	-	17	(205)	(209)
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	-	-	-	-	-	127
	-	-	-	17	(205)	(82)
Mútuos						
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	9	-	282	-	96	1
	9	-	282	-	96	1
	9	-	282	17	(109)	(81)

Movimentação de mútuo no passivo:

31/12/2016	Captação	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento do principal	31/12/2017
-	413	1	-	(132)	282
-	413	1	-	(132)	282

14. Patrimônio líquido

(a) Capital realizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 está representado por 3.167.700 quotas (3.167.700 quotas em 2016), com valor de R\$ 1,00 cada uma, perfazendo um total de R\$ 3.168 mil registrado na rubrica "Capital Social".

ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receita operacional líquida

É composta como segue:

	2017	2016
Venda bruta de produtos e serviços	12.703	11.015
Clientes públicos	5.557	4.897
Clientes privados	4.543	3.447
Receita de construção	2.603	2.671
Deduções sobre venda	(1.439)	(1.189)
ISS	(505)	(417)
PIS	(167)	(138)
COFINS	(767)	(634)
Receita Líquida	<u>11.264</u>	<u>9.826</u>

16. Custos dos serviços prestados

É composta como segue:

	2017	2016
Salários e encargos	(2.259)	(1.957)
Aluguel	(132)	(138)
Depreciações	(538)	(661)
Materiais aplicados nos serviços	(512)	(582)
Serviços de terceiros	(1.462)	(1.413)
Créditos fiscais	(2.603)	210
Custos de bens reversíveis	(604)	(2.671)
Outros custos de produção	238	(538)
Total	<u>(7.872)</u>	<u>(7.750)</u>

17. Receitas/(despesas) financeiras, líquidas

São compostas como segue:

	2017	2016
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	38	98
Receitas juros sobre contratos de mútuo	97	1
Juros recebidos e descontos obtidos	14	171
	<u>149</u>	<u>270</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(122)	-
Variação monetária	(124)	-
Tributos sobre movimentações financeiras	(55)	(20)
Juros sobre financiamento	(420)	(316)
Outros	(13)	(5)
	<u>(734)</u>	<u>(341)</u>
Total	<u>(585)</u>	<u>(71)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta pelo valor de R\$ 1.064 mil para cobertura patrimonial e R\$ 10 mil de responsabilidade cível, e a cobertura de seguros contra riscos ambientais totaliza R\$ 10 mi.

19. Contratos de concessão

Direitos sobre a infraestrutura:

Direitos sobre a infraestrutura conforme disposto pelo ICPC 01, a infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pela Empresa e suas controladas para o cumprimento dos contratos de prestação de serviços não deverá ser registrada como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere as concessionárias o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos.

A cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos é definida no contrato de concessão, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Empresa tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Os bens reversíveis anteriormente classificados no ativo imobilizado estão registrados no ativo intangível.

- Ativo intangível

A Empresa reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A Empresa registrou ativos intangíveis conforme detalhamento abaixo, anteriormente classificado como ativo imobilizado:

Ativo Intangível	Tx Média Anual		2017	2016
		%		
Aterro e infra em aterros (Nota 8)		(*)	3.122	1.176
Máquinas e equipamentos (Nota 8)		10%	144	156
Veículos e equipamentos (Nota 8)		20%	54	88
Intangível em andamento (Nota 8)		-	2.405	2.487
			<u>5.725</u>	<u>3.907</u>

ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*)Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros ou pela duração do contrato de concessão, dos dois o menor.

Domênico Barreto Granata
Diretor Presidente

Marcos Otávio Gondaline
CRC 1SP137002/O-4-S-MG